

A atuação das CPIAs na UFRN: política institucional de inclusão, acessibilidade e gestão democrática

Buena Bruna Araujo Macêdo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (buenabruna@yahoo.com.br)

Julie Idália Araujo Macêdo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (juliidalia@yahoo.com.br)

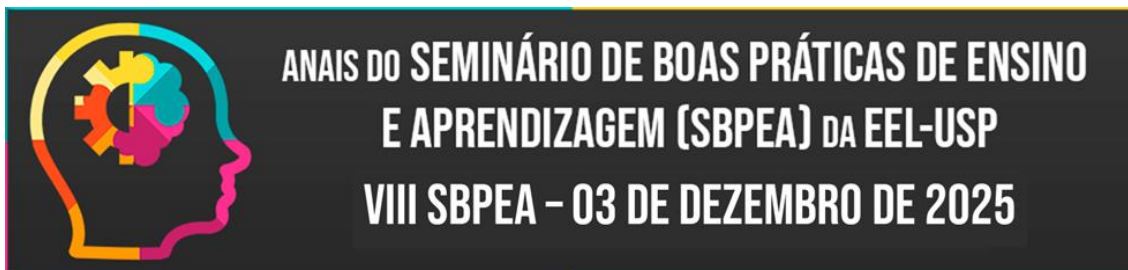
Resumo

Este artigo analisa a atuação das Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), presentes em todas as unidades acadêmicas e administrativas, conforme a Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD. As CPIAs integram a Rede de Apoio à Política de Inclusão e Acessibilidade, coordenada pela Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), e são responsáveis pela implementação e monitoramento de ações de acessibilidade, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2029). O estudo adota abordagem qualitativa e documental. Os resultados indicam que a presença das CPIAs em todas as unidades reflete a consolidação de uma gestão democrática da inclusão e o fortalecimento de uma cultura institucional pautada na equidade. Conclui-se que as CPIAs funcionam como instrumentos permanentes de transformação social, promovendo uma universidade acessível, plural e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: UFRN, CPIA, inclusão, acessibilidade, gestão democrática.

Abstract

The paper analyzes the work of the Permanent Inclusion and Accessibility Committees (CPIAs) at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), present in all academic and administrative units, in accordance with Joint Resolution No. 002/2022-CONSEPE/CONSAD. The CPIAs are part of the Inclusion and Accessibility Policy Support Network, coordinated by the Secretariat for Inclusion and Accessibility (SIA), and are responsible for implementing and monitoring accessibility actions, in line with the Institutional Development Plan (PDI 2020–2029). The study adopts a qualitative and documentary approach. The results indicate that the presence of CPIAs in all units



reflects the consolidation of democratic management of inclusion and the strengthening of an institutional culture based on equity. It is concluded that CPIAs function as permanent instruments of social transformation, promoting an accessible, pluralistic university committed to social justice.

Keywords: UFRN, CPIA, inclusion, accessibility, democratic management.

Resumen

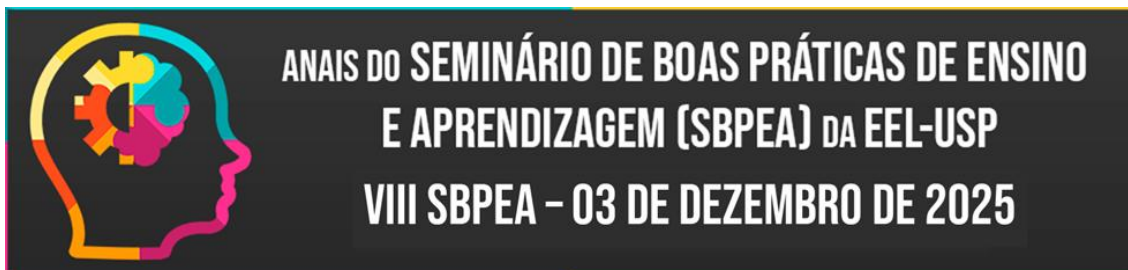
Este artículo analiza la actuación de las Comisiones Permanentes de Inclusión y Accesibilidad (CPIAs) en la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), presentes en todas las unidades académicas y administrativas, de conformidad con la Resolución Conjunta n.º 002/2022-CONSEPE/CONSAD. Las CPIAs forman parte de la Red de Apoyo a la Política de Inclusión y Accesibilidad, coordinada por la Secretaría de Inclusión y Accesibilidad (SIA), y son responsables de la implementación y el seguimiento de las acciones de accesibilidad, en consonancia con el Plan de Desarrollo Institucional (PDI 2020-2029). El estudio adopta un enfoque cualitativo y documental. Los resultados indican que la presencia de las CPIA en todas las unidades refleja la consolidación de una gestión democrática de la inclusión y el fortalecimiento de una cultura institucional basada en la equidad. Se concluye que las CPIA funcionan como instrumentos permanentes de transformación social, promoviendo una universidad accesible, plural y comprometida con la justicia social.

Palabras clave: UFRN, CPIA, inclusión, accesibilidad, gestión democrática.

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) tem se destacado nacionalmente pela implementação de uma política institucional de inclusão e acessibilidade ampla e consolidada ao longo das últimas duas décadas. Essa política, alinhada às diretrizes da **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)** e à **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, materializa-se por meio da atuação das **Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs)**, fundamentais para a efetivação de um ambiente universitário mais justo e equitativo.

Instituídas por portaria em todas as unidades acadêmicas e administrativas da UFRN, as CPIAs constituem o braço operacional da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), criada pela Resolução nº 016/2019-CONSUNI, e regulamentadas pela Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD. Essas comissões descentralizadas atuam



em estreita sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2029), que reconhece a inclusão e a acessibilidade como eixos estruturantes da gestão universitária (UFRN, 2020).

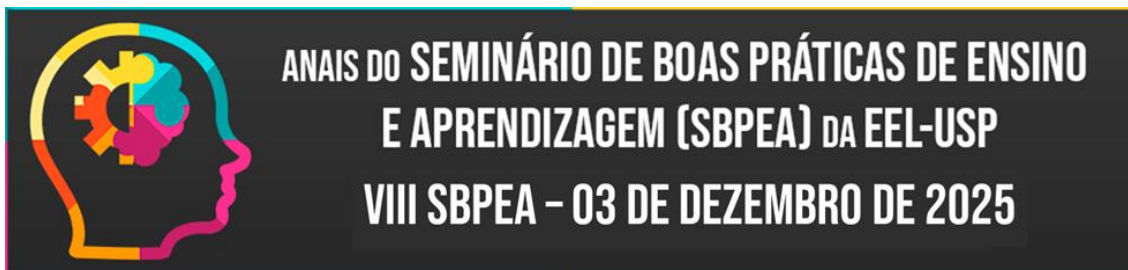
Segundo Macêdo & Macêdo (2024), a consolidação das CPIAs representa a efetivação de um sistema de governança inclusiva, transversal e participativa. Além de desempenharem funções administrativas, essas comissões fortalecem o princípio da gestão democrática, ampliando a corresponsabilidade pela inclusão em todos os níveis da universidade e promovendo uma cultura institucional pautada na equidade e na diversidade.

Dessa forma, este estudo tem como foco a atuação das CPIAs na UFRN, evidenciando seu papel central na implementação da política institucional de inclusão e acessibilidade. A presença dessas comissões em todas as unidades acadêmicas e administrativas reflete não apenas a consolidação de uma gestão democrática, mas também a internalização de uma cultura universitária orientada à equidade, à participação coletiva e à transformação social. Ao articular ações administrativas, pedagógicas e formativas, as CPIAs representam instrumentos permanentes de promoção da inclusão, consolidando-se como referência para políticas públicas de educação superior no Brasil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A consolidação das Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é resultado de um longo processo histórico de institucionalização de políticas voltadas à inclusão, à diversidade e à equidade. Essa trajetória deve ser compreendida a partir de dois eixos interligados: o marco normativo nacional e a formação da política institucional de inclusão da própria UFRN.

2.1 Marco normativo e conceitual da inclusão no Ensino Superior



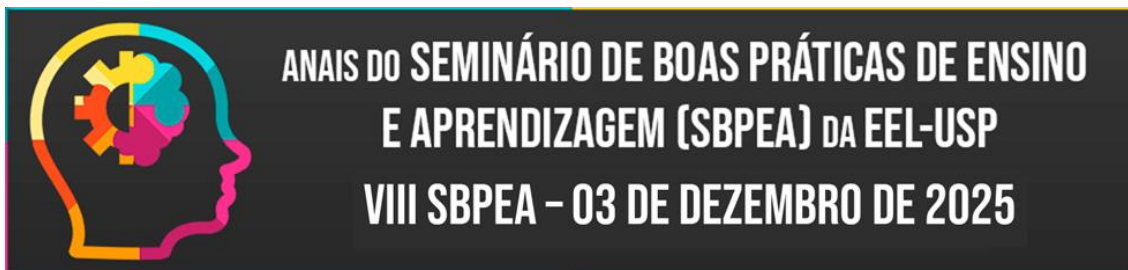
A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, estabelece como princípios do ensino nacional a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e a gestão democrática do ensino público. Esses fundamentos orientam a construção de políticas educacionais que visam eliminar barreiras históricas e sociais de exclusão.

O Decreto nº 3.298/1999, ao regulamentar a Lei nº 7.853/1989, instituiu a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e assegurando a acessibilidade em instituições de ensino. Posteriormente, a Portaria nº 1.679/1999 do MEC estabeleceu requisitos de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional como condição para o credenciamento e reconhecimento de cursos superiores.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) redefiniu a inclusão como direito civil e coletivo, obrigando as universidades públicas e privadas a desenvolverem mecanismos permanentes de adaptação curricular, acessibilidade arquitetônica, tecnológica e atitudinal.

Esses dispositivos foram acompanhados por políticas de indução, entre as quais se destaca o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior (Brasil, 2013), que financiou e orientou ações estruturantes nas universidades federais, possibilitando a criação de núcleos, secretarias e comissões voltadas à inclusão.

A literatura especializada (Martins, 2019; Azevedo, 2021; Ávila, 2022; Araújo, 2023) evidencia que a inclusão no ensino superior deve ser compreendida não apenas como política de acesso, mas como processo pedagógico, ético e político, que implica rever práticas, currículos e culturas institucionais. Nesse sentido, a presença das CPIAs expressa o compromisso da UFRN com uma inclusão substantiva, em consonância com a concepção freireana de educação emancipadora e dialógica (Freire, 1996).



2.2 Políticas institucionais da UFRN: da CAENE à SIA e às CPIAs

No plano institucional, a UFRN iniciou suas ações sistematizadas de inclusão com a Portaria nº 123/2002-Reitoria, que criou uma comissão para elaborar diretrizes de atendimento a pessoas com deficiência. Esse movimento ganhou força com o Projeto REUNI (2008–2012), que ampliou o número de cursos e vagas, exigindo políticas de permanência mais equitativas.

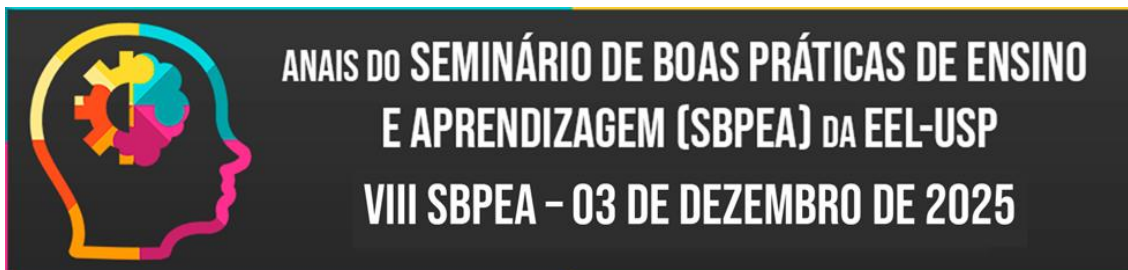
Em 2010, foi criada a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), por meio da Portaria nº 203/2010-Reitoria, vinculada à Reitoria e responsável por articular ações de atendimento especializado. Essa iniciativa foi reconhecida como uma das mais estruturadas do país (Melo, 2009; Macêdo; Macêdo, 2024).

A partir de 2019, a Resolução nº 016/2019-CONSUNI instituiu a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), marco fundamental de institucionalização. No mesmo ano, a Resolução nº 026/2019-CONSUNI aprovou a Política de Inclusão e Acessibilidade, e a Resolução nº 027/2019-CONSUNI criou a Rede de Apoio à Política de Inclusão e Acessibilidade, composta por CPIAs em cada unidade acadêmica e administrativa.

Essas comissões passaram a ter atribuições específicas, como diagnosticar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais, propor adaptações, realizar formações e acompanhar estudantes com deficiência. A Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD reafirmou a obrigatoriedade da existência de CPIAs em todas as unidades e atualizou suas competências, integrando-as ao sistema de gestão da SIA.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2029), a inclusão e a acessibilidade são dimensões transversais do projeto institucional, perpassando o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão (UFRN, 2020). O Plano de Acessibilidade (2022) complementa esse dispositivo, detalhando metas e estratégias para eliminar barreiras em todas as dimensões da vida universitária.

Macêdo e Macêdo (2024) destacam que a presença das CPIAs em todas as unidades representa o amadurecimento da política institucional da UFRN, pois assegura que as

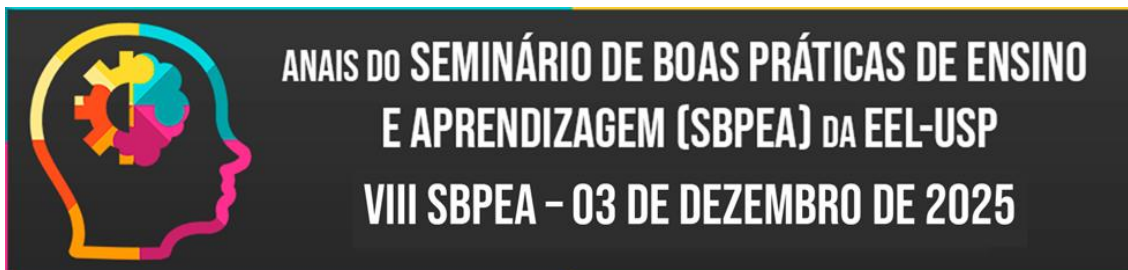


ações não fiquem concentradas apenas em um setor central, mas sejam internalizadas na cultura e na prática cotidiana de cada unidade.

2.3 Pesquisas acadêmicas e o papel formativo das CPIAs

A consolidação das Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs) apoia-se em um sólido campo de pesquisa institucional que evidencia seu papel formativo e mediador dentro das unidades acadêmicas da UFRN. Estudos recentes destacam diferentes dimensões desse trabalho:

- **Formação docente e efetividade da inclusão:** Martins (2019) e Azevedo (2021) apontam que a formação continuada dos docentes é fator determinante para a efetividade das ações de inclusão, exigindo reflexão crítica sobre práticas de ensino e metodologias pedagógicas.
- **Estágio supervisionado e mediação das CPIAs:** Ávila (2022) analisa o estágio supervisionado de estudantes com deficiência, evidenciando o papel das CPIAs como mediadoras na interlocução entre coordenações, professores e discentes, favorecendo a integração e o acompanhamento pedagógico.
- **Articulação com núcleos de suporte:** Araújo (2023) discute o impacto do Núcleo Interdisciplinar de Suporte ao Estudante (NISE) do Centro de Tecnologia, destacando a articulação entre o NISE e as CPIAs como exemplo de gestão colaborativa e interdisciplinar no contexto universitário.
- **Acessibilidade comunicacional:** Santos (2023) propõe um guia multiformato de acessibilidade comunicacional, ressaltando a importância das CPIAs na adequação dos fluxos de comunicação interna e na promoção de práticas inclusivas na universidade.
- **Acessibilidade pedagógica em laboratórios:** Trindade (2023) defende que a acessibilidade pedagógica em laboratórios é um desafio em expansão, demandando a ação contínua das CPIAs como espaços de inovação didático-metodológica.

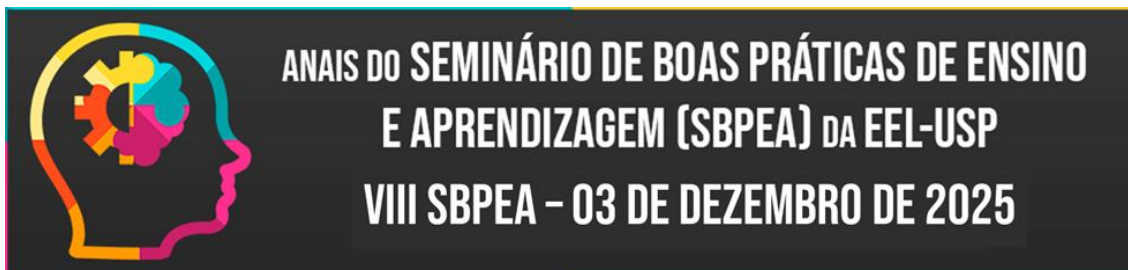


- Produção audiovisual acessível: Rocha (2024), em seu *Guia Orientador para Acessibilidade Comunicacional na Televisão Universitária da UFRN (TVU/UFRN)*, desenvolve orientações básicas para elaboração de produtos audiovisuais acessíveis a pessoas com deficiência visual, auditiva e surdas, destacando a colaboração dos sujeitos implicados na pesquisa e a importância de oficinas de sensibilização.
- Inclusão de docentes com deficiência: Santos (2024) aborda a orientação institucional para recepção de docentes com deficiência na UFRN, analisando procedimentos institucionais, condições de acessibilidade e estratégias para ampliar a inserção efetiva desses servidores na instituição.
- Estágio supervisionado em Libras/Língua Portuguesa: Souza (2024) analisa o estágio supervisionado no curso de Letras - Libras/Língua Portuguesa, a partir da perspectiva de alunos surdos. O estudo evidencia que a escassez de publicações na área impacta a compreensão e o aprofundamento da prática docente, interferindo na construção identitária do estudante como futuro professor do Ensino Básico.

Essas pesquisas demonstram que as CPIAs exercem um papel estratégico e formativo na promoção da inclusão, atuando como articuladoras entre políticas institucionais, práticas pedagógicas e necessidades específicas de discentes e docentes, consolidando-se como espaços de inovação, reflexão e gestão colaborativa na UFRN. Ao promover uma inclusão dialógica e colaborativa, as CPIAs transformam-se em instâncias de formação cidadã, consonantes com a visão freireana de que a educação deve ser ato político, coletivo e emancipador (Freire, 1996).

2.4 Inclusão, acessibilidade e gestão democrática

A inclusão na universidade pública deve ser compreendida como dimensão da gestão democrática e da responsabilidade social da educação superior. Para Macêdo e Macêdo (2024), a descentralização das CPIAs simboliza a efetivação do princípio constitucional da participação da comunidade universitária na formulação das políticas institucionais.



Esse modelo de governança inclusiva fortalece o diálogo entre estudantes, técnicos e docentes, permitindo que as decisões sobre acessibilidade sejam tomadas de forma compartilhada e contextualizada. A presença das CPIAs em todas as unidades garante que cada setor participe ativamente da construção de um ambiente universitário mais justo, humano e acolhedor.

A fundamentação teórica evidencia que as CPIAs da UFRN são fruto de um processo político-pedagógico contínuo, que alia legislação, gestão institucional e pesquisa científica, constituindo-se como referência de política pública de inclusão no ensino superior brasileiro.

3. MÉTODO

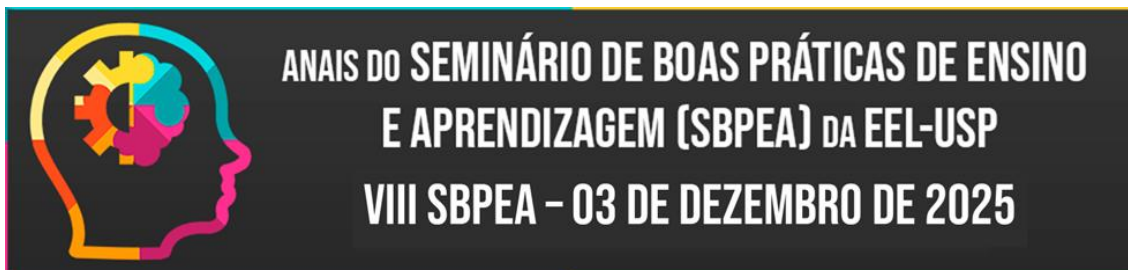
O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e documental, fundamentada em procedimentos de análise de conteúdo (Bardin, 2011) e interpretação hermenêutica crítica, conforme os referenciais de Triviños (2011) e Gil (2002). Essa abordagem é adequada ao objetivo de compreender a atuação das Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como expressão da política institucional de inclusão e acessibilidade.

A investigação partiu da premissa de que as políticas de inclusão são fenômenos multidimensionais e contextuais, cuja compreensão requer o exame articulado entre documentos normativos, planejamentos institucionais e produção científica relacionada. Assim, adotou-se um desenho metodológico em três etapas complementares:

3.1 Etapa 1 – Levantamento e seleção de documentos institucionais

Nesta etapa, foi realizado o mapeamento e a leitura analítica de documentos oficiais da UFRN, abrangendo:

- Portarias, resoluções e regulamentos que instituem e regulamentam a Política de Inclusão e Acessibilidade e as CPIAs (2002–2022);



- O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2029), com foco no eixo “Inclusão, Acessibilidade e Permanência”;
- O Plano de Acessibilidade da UFRN (2022), publicado pela Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA);
- Relatórios e comunicados institucionais disponíveis em repositórios públicos e anais de gestão da UFRN.

Essas fontes foram selecionadas por sua relevância na consolidação da política inclusiva e na institucionalização das CPIAs em todas as unidades acadêmicas e administrativas.

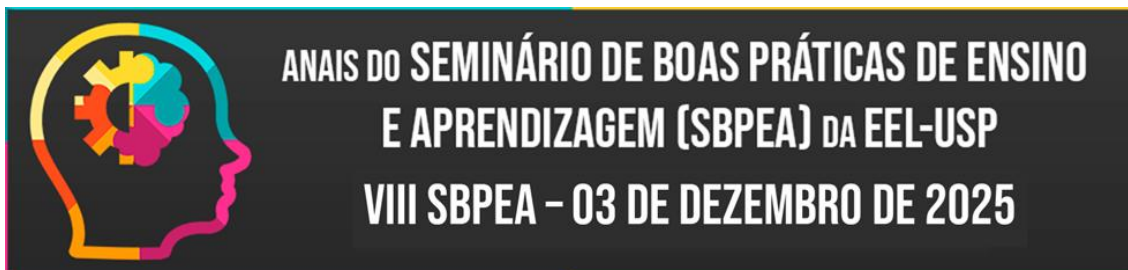
3.2 Etapa 2 – Análise bibliográfica e triangulação com a produção acadêmica da UFRN

A segunda etapa consistiu em uma análise bibliográfica voltada à triangulação entre o material documental e a produção acadêmica recente sobre inclusão e acessibilidade na UFRN. Foram selecionadas dissertações, teses e artigos defendidos e publicados entre 2016 e 2024, todos disponíveis no Repositório Institucional da UFRN. A leitura dessas produções permitiu compreender as múltiplas dimensões das práticas inclusivas na universidade e identificar convergências entre a teoria institucional e a práxis cotidiana das CPIAs.

3.3 Etapa 3 – Procedimentos de análise e interpretação

A análise seguiu os princípios da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), estruturada em três movimentos:

1. Pré-análise: organização do corpus documental e bibliográfico, definição das categorias temáticas iniciais (“estrutura institucional”, “gestão democrática”, “acessibilidade pedagógica” e “participação comunitária”);
2. Exploração do material: leitura sistemática dos textos e identificação de unidades de registro relacionadas à atuação das CPIAs e à implementação da política institucional;



3. Tratamento e interpretação: síntese dos dados e articulação entre os resultados documentais e as discussões teóricas.

Para assegurar consistência interpretativa, foi utilizada a técnica de triangulação (Triviños, 2011), combinando três fontes principais:

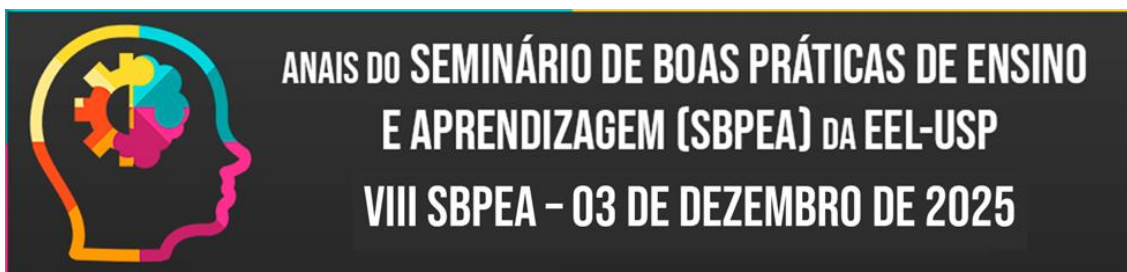
- Fontes normativas (leis, portarias e resoluções);
- Fontes institucionais (PDI, planos e relatórios da UFRN);
- Fontes científicas (artigos, dissertações e teses).

Essa triangulação conferiu validade e densidade analítica à interpretação dos resultados, permitindo compreender como as CPIAs materializam, na prática, o compromisso institucional com a acessibilidade e a equidade. Os resultados dessa investigação não apenas descrevem a estrutura das CPIAs, mas interpretam sua relevância social e pedagógica no contexto da política institucional de inclusão da UFRN, oferecendo subsídios para futuras pesquisas empíricas.

. A análise documental, bibliográfica e interpretativa revelou que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) consolidou-se, ao longo das duas últimas décadas, como uma instituição de referência nacional na implementação de políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior. Essa consolidação se deve à construção gradual de uma cultura institucional voltada à equidade, à criação de estruturas permanentes de gestão inclusiva e à adoção de instrumentos normativos que sustentam a transversalidade das políticas de acessibilidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse contexto, destaca-se o papel estratégico da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade (CPIA), regulamentada pela Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD e vinculada à Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), criada pela Resolução nº 016/2019-CONSUNI. As CPIAs, presentes em todas as unidades acadêmicas e administrativas da universidade, representam o elo entre as políticas institucionais e as práticas cotidianas de ensino, pesquisa e extensão, atuando



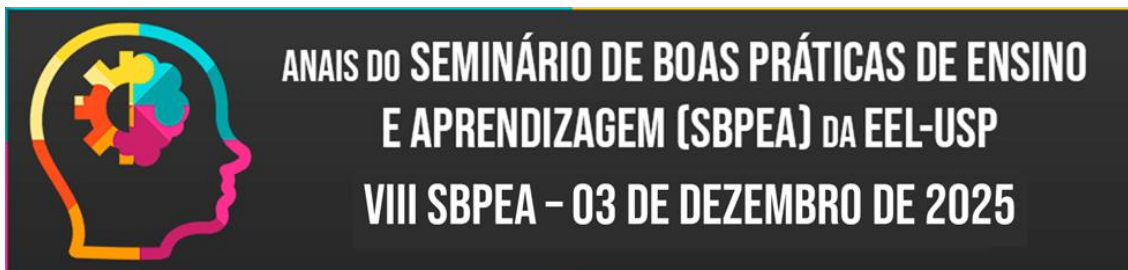
como instâncias descentralizadas de gestão democrática e corresponsável. Essas comissões configuram um modelo de governança inclusiva que amplia a participação dos diferentes segmentos da comunidade universitária e institucionaliza a inclusão como eixo transversal do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2029). Assim, as CPIAs operam não apenas como espaços administrativos, mas como núcleos de reflexão e transformação pedagógica, reafirmando o compromisso ético e político da UFRN com a justiça social, a diversidade e a equidade.

4.1 Estrutura institucional e composição representativa das CPIAs

A CPIA é composta por gestores, docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, representando a diversidade dos grupos que integram cada unidade acadêmica. Também participam servidores(as) com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), coordenadores(as) de curso, direções de unidade e representantes de setores estratégicos vinculados às políticas de inclusão. Essa pluralidade garante uma abordagem intersetorial e participativa, fortalecendo a tomada de decisão coletiva e a legitimidade das ações implementadas.

De acordo com a Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD, as CPIAs devem reunir-se mensalmente, com registro formal em ata, a fim de discutir demandas emergentes, propor intervenções, monitorar resultados e avaliar as políticas de acessibilidade desenvolvidas nas unidades. Essa periodicidade assegura o caráter contínuo, dinâmico e responsivo da política institucional, evitando que a inclusão se limite a ações pontuais.

A composição heterogênea das CPIAs traduz o princípio da gestão democrática da educação, uma vez que docentes contribuem com perspectivas pedagógicas, técnicos com o conhecimento operacional das estruturas administrativas e discentes com as vivências concretas das barreiras enfrentadas no cotidiano universitário. Essa integração cria um espaço de escuta, diálogo e corresponsabilidade, que fortalece o compromisso coletivo da universidade com a inclusão.



Em unidades de maior porte, como o Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET), o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), a Escola de Ciências e Tecnologia (ECT), o Centro de Ciências da Saúde (CCS) e o Centro de Tecnologia (CT) da UFRN, as CPIAs apresentam estruturas organizacionais ampliadas, adaptadas à complexidade e diversidade de cursos e demandas. Nessas unidades, as comissões tendem a se desdobrar em subgrupos temáticos, voltados à acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e tecnológica, o que permite maior especialização e capilaridade das ações.

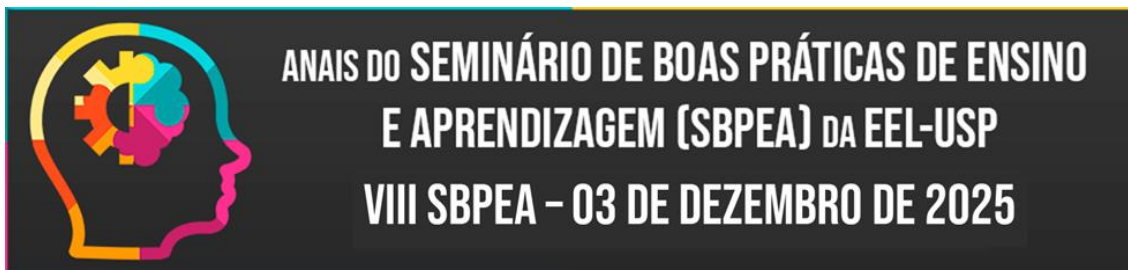
Essa configuração promove um diálogo intersetorial entre departamentos, coordenações de curso e núcleos de pesquisa, fortalecendo a articulação entre a formação acadêmica, a inovação tecnológica e o compromisso social.

4.2 Planos de ação, práticas desenvolvidas e inovação pedagógica

Os planos anuais de ação elaborados pelas CPIAs constituem um dos principais instrumentos de execução e monitoramento da política de inclusão da UFRN. Nesses planos, cada comissão identifica barreiras existentes, define metas de curto e médio prazo e propõe intervenções específicas conforme as características da sua unidade.

Entre as ações recorrentes estão: diagnóstico contínuo das barreiras arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais; adequação de salas, auditórios e laboratórios com mobiliário e equipamentos acessíveis; implementação de pisos táteis, sinalização em braile e rotas acessíveis; disponibilização de intérpretes de libras e produção de materiais didáticos acessíveis; formação continuada de servidores e docentes em práticas pedagógicas inclusivas; adoção de softwares de acessibilidade e de recursos de tecnologia assistiva; promoção de campanhas e oficinas de sensibilização sobre diversidade e inclusão. Essas práticas estão em consonância com os princípios da Educação Inclusiva crítica e emancipatória, proposta por Freire (1996), que concebe a inclusão como prática de liberdade e exercício da cidadania.

As CPIAs, portanto, extrapolam a função técnica e tornam-se núcleos de aprendizagem institucional, nos quais a inclusão é tratada como valor pedagógico e ético. Os



resultados observados indicam melhorias concretas na experiência universitária de estudantes com deficiência, incluindo maior engajamento acadêmico, ampliação do acesso a recursos adaptados e redução de barreiras físicas e comunicacionais. Além disso, docentes relatam avanços no planejamento de aulas acessíveis e técnicos administrativos reconhecem a CPIA como instância de orientação e apoio para o encaminhamento de demandas e dúvidas.

4.3 Articulação institucional, redes de apoio e interdisciplinaridade

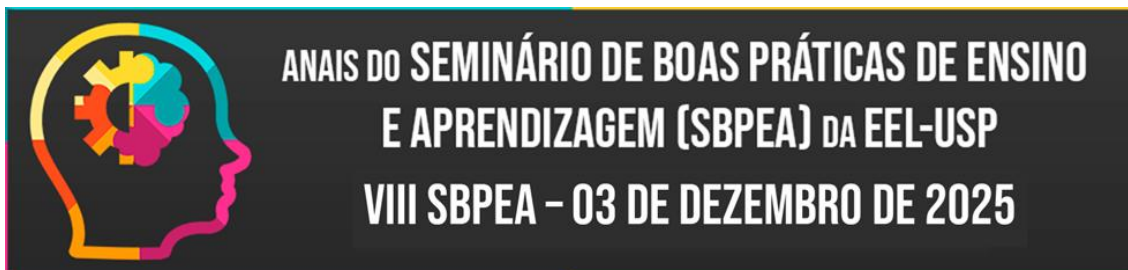
As CPIAs compõem a Rede de Apoio à Política de Inclusão e Acessibilidade, coordenada pela SIA, que conecta todas as unidades da UFRN. Essa rede constitui um modelo de governança participativa e descentralizada, em que cada unidade possui autonomia para implementar suas ações, mas mantém alinhamento com as diretrizes institucionais e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2029).

O caso do Núcleo Interdisciplinar de Suporte ao Estudante (NISE), vinculado ao Centro de Tecnologia (CT), é exemplar nesse sentido. O NISE atua em sinergia com a CPIA do centro, desenvolvendo práticas inclusivas em laboratórios, ambientes de estágio e projetos de extensão. Essa integração evidencia a importância da interdisciplinaridade e do diálogo entre áreas técnicas e pedagógicas para a promoção da inclusão.

Pesquisas de Araújo (2023), Ávila (2022) e Azevedo (2021) reforçam que a colaboração entre CPIAs, núcleos especializados e setores pedagógicos potencializa o impacto das ações, ampliando a eficiência e a qualidade das políticas inclusivas. A articulação também tem permitido padronizar fluxos de atendimento, compartilhar boas práticas e construir protocolos de acessibilidade comuns a toda a universidade.

4.4 Impactos socioculturais e acadêmicos

A atuação das CPIAs tem produzido efeitos significativos na cultura organizacional da UFRN. Observa-se uma transformação gradual na forma como a comunidade acadêmica compreende a inclusão, que passa de um atendimento pontual à condição de princípio transversal das práticas pedagógicas e administrativas.



Docentes e discentes relatam que as comissões promovem uma maior conscientização sobre a diversidade e contribuem para o fortalecimento de valores institucionais como empatia, respeito e solidariedade. Essa mudança cultural é um dos principais legados das CPIAs, pois sustenta o desenvolvimento de uma universidade mais humanizada, plural e democrática. Além disso, as comissões têm reforçado a imagem pública da UFRN como uma instituição socialmente responsável e comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

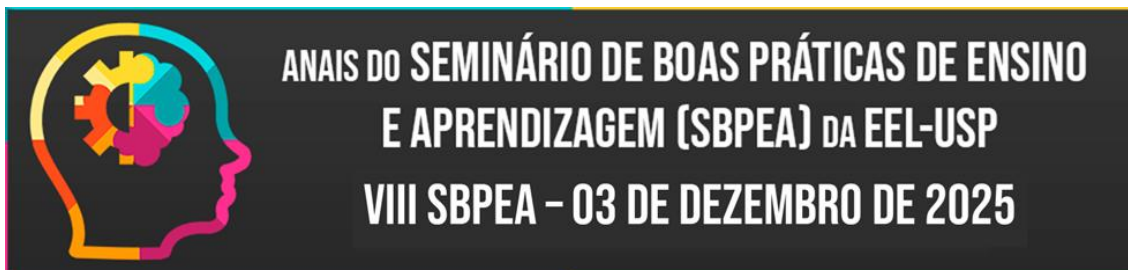
4.5 Desafios e perspectivas de aprimoramento

Embora os avanços sejam expressivos, persistem desafios que exigem atenção contínua. Entre eles, destacam-se a necessidade de formação continuada em tecnologias assistivas e acessibilidade digital; o fortalecimento dos canais de comunicação entre CPIAs, departamentos e direções; e o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação das ações inclusivas.

Há também o desafio de adequar prédios históricos e antigos aos padrões de acessibilidade universal, o que demanda investimento financeiro e planejamento técnico detalhado. Ademais, é fundamental ampliar a participação de estudantes com deficiência nos processos de deliberação, assegurando a representatividade e a escuta ativa desses sujeitos na construção das políticas que os afetam diretamente.

Como afirmam Trindade (2023) e Santos (2023), a consolidação de uma política universitária inclusiva requer planejamento de longo prazo, cooperação intersetorial e compromisso ético com a equidade. A inclusão deve ser entendida não como concessão ou obrigação legal, mas como condição essencial da excelência acadêmica e da responsabilidade social da universidade.

A atuação das CPIAs na UFRN materializa uma política institucional madura e transformadora, que combina gestão democrática, inovação pedagógica e responsabilidade social. Essas comissões descentralizadas expressam o princípio de que



a inclusão é tarefa coletiva, permanente e transversal a todas as dimensões da vida universitária. Ao integrar-se à estrutura de gestão e articular-se à SIA e ao PDI 2020–2029, as CPIAs tornam a acessibilidade um valor estruturante da missão institucional da UFRN, orientando suas práticas rumo a uma educação superior comprometida com os direitos humanos, a cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e plural.

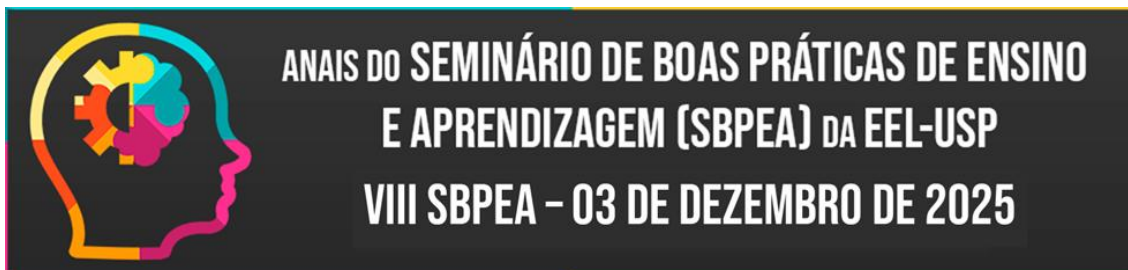
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs) configuram-se como um marco histórico, político e pedagógico na consolidação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como uma instituição pública, democrática e socialmente referenciada. Ao descentralizarem a gestão da política de inclusão e acessibilidade, essas comissões promovem a democratização dos processos decisórios, fortalecem a corresponsabilidade coletiva e consolidam a inclusão como eixo estruturante da cultura institucional.

A presença das CPIAs em todas as unidades acadêmicas e administrativas assegura a efetividade da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFRN, materializando as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2029) e garantindo a transversalidade entre gestão, docência, pesquisa, extensão e participação social. Trata-se de um modelo que traduz, na prática, os princípios da gestão democrática e participativa, defendidos pelas políticas públicas de educação inclusiva no Brasil e reafirmados pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

A atuação articulada entre as CPIAs e a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) expressa o compromisso da UFRN com uma educação humanizadora, emancipatória e de qualidade social, em consonância com a perspectiva freiriana de educação como prática de liberdade (FREIRE, 1996). Essa articulação evidencia que a inclusão não é apenas um conjunto de ações pontuais, mas um projeto institucional e político de transformação da universidade em um espaço de justiça social, diversidade e equidade.

Conforme apontam Macêdo & Macêdo (2024), a consolidação dessa rede representa um salto qualitativo na governança universitária, uma vez que articula dimensões éticas, pedagógicas e



administrativas em prol da promoção da acessibilidade plena. Mais do que um avanço técnico ou administrativo, as CPIAs simbolizam a expressão viva da função social da universidade pública, comprometida com a produção e socialização do conhecimento em diálogo com as diferenças humanas.

Assim, conclui-se que a rede de CPIAs constitui um instrumento permanente de transformação institucional, que ressignifica o papel da universidade diante das demandas contemporâneas por inclusão, diversidade e direitos humanos. A consolidação dessa estrutura reafirma a UFRN como referência nacional em políticas inclusivas e aponta para a continuidade de um projeto educativo que reconhece a diversidade como condição essencial para o conhecimento, a cidadania e a democracia..

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. F. F. M. **Impacto acadêmico do Núcleo Interdisciplinar de Suporte ao Estudante (NISE) do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no processo de inclusão**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

ÁVILA, G. M. G. **Estágio curricular obrigatório para universitários com deficiência: contexto e vozes**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

AZEVEDO, A. F. **Estágio e formação docente para o ensino superior na área de educação especial em perspectiva inclusiva**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

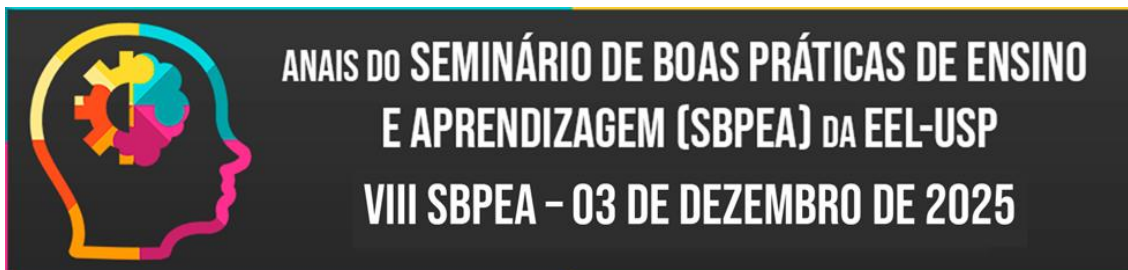
BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Documento orientador: Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília: MEC/SESu, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACEDO, B. B. A. **Cartilha digital sobre literatura surda: percepções e reflexões de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

MACÊDO, J. I. A.; MACÊDO, B. B. A. **As barreiras de acessibilidade no ensino superior: desafios e perspectivas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Anais do V Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI). Campina Grande: Realize Editora, 2024.

MACÊDO, J. I. A.; MACÊDO, B. B. A. **O papel do laboratório de acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede/UFRN**. Anais do V Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI). Campina Grande: Realize Editora, 2024.

MACÊDO, J. I. A.; MACÊDO, B. B. A. **A política de inclusão e acessibilidade no ensino superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Anais do V Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI). Campina Grande: Realize Editora, 2024.

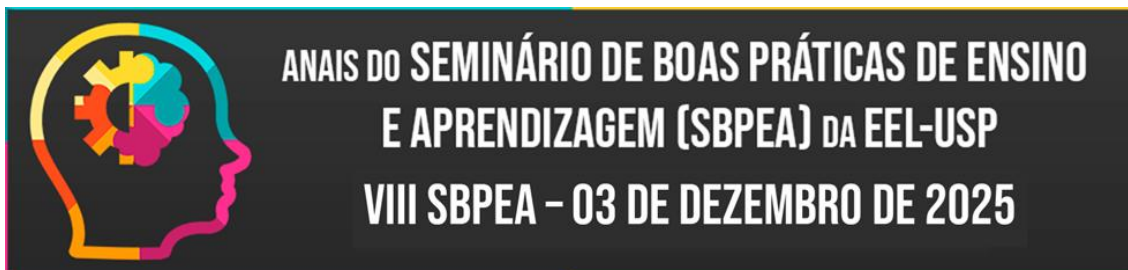
MARTINS, L. M. S. M. **Inclusão do estudante com deficiência no Ensino Superior e a formação continuada do docente universitário**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

ROCHA, Júlio César Lima da. **Guia orientador para acessibilidade comunicacional na Televisão Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (TVU/UFRN)**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SANTOS, A. R. R. **Os recursos de acessibilidade comunicacional e a eficácia do processo de comunicação formal no ensino superior: proposição de guia multiformato**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SANTOS, Juliana Karla Dionísio dos. **Inclusão de docentes com deficiência pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte: orientações e encaminhamentos institucionais**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SOUZA, Simone Patrícia Soares de. **O estágio supervisionado no curso de Letras: Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: o que dizem os alunos surdos?** 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.



TRINDADE, P. B. **A formação docente no ensino superior para aulas práticas inclusivas em laboratórios.** 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UFRN. **Plano de Acessibilidade.** Natal: Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA/UFRN), 2022.

UFRN. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020–2029.** Natal: EDUFRN, 2020.

UFRN. Resolução nº 016/2019-CONSUNI. **Cria a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) no âmbito da UFRN.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

UFRN. **Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD.** Dispõe sobre as Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.